



Poder Judiciário

233

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

## CORTE ESPECIAL

Embargos de Declaração nº 0137804-7/02 – Comarca de Recife  
Embargantes: José Durval de Lemos Lins Filho e Outro  
Embargado: Governador do Estado de Pernambuco

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNANIME. 1. Constituem os Embargos de Declaração, na forma como previsto no art. 535, I e II, do CPC, recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada, sendo, em face de construção jurisprudencial, admissível contra decisões em sentido amplo. Em regra, não possuem os aclaratórios caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, servindo-se tal instrumento recursal a viabilizar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação. 2. Não merece acolhida a alegação de que houve omissão no *decisum* em relação aos argumentos indicados pelos embargantes, o julgado é claro ao afirmar que *"Não deve ser considerada a data da publicação das promoções, mas sim, a publicação da lista com o resultado da pontuação da promoção por merecimento, portanto, se apenas em 27.04.2006 foi impetrado o presente mandamus e a publicação da lista dos promovíveis se efetivou no dia 01 de dezembro de 2005, fluindo a partir de então o prazo para a impetração, que é de 120 (cento e vinte) dias, tem-se que referido prazo não fora devidamente observado, restando reconhecer configurada a decadência do direito à impetração."* 3. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida. 4. Aclaratórios improvidos. Decisão unânime.

22  
22  
234

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
CORTE ESPECIAL

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0137804-7/02, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por unanimidade, improver-lhes nos termos do relatório, voto, ementa e nota taquigráfica em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 14 de 05 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



Poder Judiciário

235

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

CORTE ESPECIAL

Embargos de Declaração nº 0137804-7/02 – Comarca de Recife  
Embargantes: José Durval de Lemos Lins Filho e Outro  
Embargado: Governador do Estado de Pernambuco

**RELATÓRIO**

Cuidam-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que, por entender configurada a decadência do direito à impetração, extinguiu com resolução de mérito o processo de Mandado de Segurança nº 0137804-7, restando cassada a liminar anteriormente deferida, prejudicado o agravo regimental.

Alegam os embargantes, em síntese, que o acórdão embargado teria incorrido em omissão vez que o *mandamus* não foi ajuizado preventivamente, ma sim, após expressa violação de direito liquido e certo dos impetrantes, direcionado contra o ato de nomeação dos delegados, publicada no Diário em data de 29.12.2005.

Aduzem ainda que no caso vertente, a publicação da lista dos nove (09) Delegados de Polícia da 2ª Categoria para habilitação à promoção para os três (03) cargos de Delegado de Polícia de 1ª Categoria, exsurge de forma inequívoca, como ameaça de lesão, enquanto que a efetiva promoção publicada no Diário Oficial do Estado datada de 29.12.2005, representa inquestionavelmente, a violação do direito dos impetrantes, iniciando-se a partir de então, o prazo para o ajuizamento do writ.

Ao final, requerem sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios para sanar a omissão apontada, concedendo a ordem de segurança pela violação do direito liquido e certo dos impetrantes.

É o relatório.

Recife, 17 de 05 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



Poder Judiciário 236  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
CORTE ESPECIAL

Embargos de Declaração nº 0137804-7/02 – Comarca de Recife  
Embargantes: José Durval de Lemos Lins Filho e Outro  
Embargado: Governador do Estado de Pernambuco

**VOTO**

Constituem os Embargos de Declaração, na forma como previsto no art. 535, I e II, do CPC, recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada, sendo, em face de construção jurisprudencial, admissível contra decisões em sentido amplo.

Em regra, não possuem os aclaratórios caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, servindo-se tal instrumento recursal a viabilizar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Alegam os embargantes que o acórdão embargado teria incorrido em omissão, vez que o *mandamus* não foi ajuizado preventivamente, mas sim, após expressa violação de direito líquido e certo dos impetrantes, direcionado contra o ato de nomeação dos delegados, publicada no Diário em data de 29.12.2005. Afirmando que, no presente caso, não vislumbro qualquer erro material ou omissão a macular a decisão ora objurgada, senão vejamos.

Não merece acolhida a alegação de que houve omissão no *decisum* em relação aos argumentos indicados pelos embargantes, o julgado é claro ao afirmar que *"Não deve ser considerada a data da publicação das promoções, mas sim, a publicação da lista com o resultado da pontuação da promoção por merecimento, portanto, se apenas em 27.04.2006 foi impetrado o presente mandamus e a publicação da lista dos promovíveis se efetivou no dia 01 de dezembro de 2005, fluindo a partir de então o prazo para a impetração, que é de 120 (cento e vinte) dias, tem-se que referido prazo não fora devidamente observado, restando reconhecer configurada a decadência do direito à impetração"*.

Com efeito, o mero descontentamento da parte não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração visando a



Poder Judiciário 237  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
CORTE ESPECIAL

modificação do julgado, excepcionalmente admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, poderá valer-se de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado em sede de Embargos de declaração. Logo, inócuo o manejo dos presentes aclaratórios com a intenção de suprir inexistente omissão do julgado.

Feitas essas considerações, voto no sentido de negar provimento aos presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 11 de 05 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator